

A PROBLEMÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO BILÍNGUE NO ENSINO FORMAL DA PROVÍNCIA DA HUÍLA-ANGOLA

 10.5935/2177-6644.20230019

THE PROBLEM OF BILINGUAL LITERACY IN
FORMAL EDUCATION IN THE PROVINCE OF
HUÍLA-ANGOLA

EL PROBLEMA DE LA ALFABETIZACIÓN
BILINGÜE EN LA EDUCACIÓN FORMAL EN LA
PROVINCIA DE HUÍLA-ANGOLA

Felizbela Kuyela Alberto Miranda *

 <https://orcid.org/0000-0002-6950-259X>

Resumo: Considerando os séculos de colonização que o povo angolano foi subjugado, no qual, a essência dos nativos foi inferiorizada e apagada por coercivos processos civilizatórios, muitos são os desafios no que diz respeito à integração da história e dos costumes do seu povo nos processos educacionais. Podemos afirmar que um dos maiores obstáculos que a educação angolana enfrenta é a inclusão das línguas nacionais ou locais no ensino formal. No presente artigo refletiremos sobre a importância da inclusão das diferentes línguas locais nos processos de ensino e aprendizagem de crianças na província da Huíla-Angola, trata-se de uma análise das legislações angolanas e africanas relacionadas a alfabetização e ao ensino das línguas tradicionais.

Palavras-Chave: Bilinguismo. Alfabetização. Huíla-Angola.

Abstract: Considering the centuries of colonization that the Angolan people were subjugated, which the essence of the natives was inferiorized and erased by coercive civilizing processes, there are many challenges with regard to the integration of the history and customs of its people in educational processes. We can say that one of the biggest obstacles facing Angolan education is the inclusion of national or local languages in formal education. In this article we will reflect on the importance of including different local languages in the teaching and learning processes of children in the province of Huíla-Angola. It is an analysis of Angolan and African legislation related to literacy and the teaching of traditional languages.

Key-words: Bilingualism. Literacy. Huíla-Angola.

Resumen: Teniendo en cuenta los siglos de colonización que el pueblo angoleño fue sometido, en los que la esencia de los indígenas fue rebajada y borrada por procesos civilizatorios coercitivos, existen muchos desafíos en lo que respecta a la integración de la historia y las costumbres de su pueblo en los procesos educativos. Podemos decir que uno de los mayores obstáculos que enfrenta la educación angoleña es la inclusión de lenguas nacionales o locales en la educación formal. En este artículo reflexionaremos sobre la importancia de incluir diferentes lenguas locales en los procesos de enseñanza y aprendizaje de los niños de la provincia de Huila-Angola. Se trata de un análisis de la legislación angoleña y africana relacionada con la alfabetización y la enseñanza de lenguas tradicionales.

Palabras-clave: Bilingüismo. Alfabetización. Huila-Angola.

* Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Centro – Oeste (UNICENTRO), com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). 
<http://lattes.cnpq.br/2201942158645720> - E-mail: felizbelamiranda@gmail.com.

Introdução

Os processos educacionais presentes em Angola antes da chegada dos Portugueses, envolviam métodos que objetivavam primordialmente a ligação cultural, identitária e étnica das (os) indivíduos com a comunidade em que pertenciam, o que de certa forma contribuíam nos processos de descoberta e execução das funções e vocações destas (es) dentro de seus espaços. O ensino implementado pelos portugueses, que até então influenciava na base educacional formal angolana, não considerou a diversidade sociocultural e linguística do povo angolano o que, em grande parte, acabou impedindo que esses povos se desenvolvessem dentro de seus universos.

Para melhor alcançar seus objetivos, as civilizações europeias usaram várias estratégias alicerçadas na submissão dos povos civilizados a uma assimilação forçada da cultura ocidental europeia, apagando sua história, essência, ancestralidade e todos os rastros de sua identidade cultural. Dentre os vários aspectos envolvendo o apagamento de identidades culturais, desses povos, encontramos as línguas, agentes essenciais na socialização, transmissão e preservação de tradições e valores fundamentais na conservação de legados.

Desde que o território que hoje é conhecido como Angola passou a ser uma colônia portuguesa, muitos agentes externos foram progressivamente implementados na cultura do povo local. O primeiro elemento obrigatório na vivência do povo nativo angolano foi o domínio da língua do colonizador. As diferentes línguas que faziam parte do cotidiano do povo foram coercivamente substituídas pela língua do colonizador que desde então foi instituída de forma hegemônica como a língua usada nos processos socioculturais, educacionais e administrativos, se sobrepondo às demais línguas existentes, o que conseqüentemente culminou no enfraquecimento e apagamento de uma boa porcentagem dessas línguas.

Por conta das inúmeras alienações, muitos são os desafios a serem ultrapassados pelas sociedades subjugadas aos hediondos processos civilizatórios europeus, principalmente no campo da educação, que em face do exposto é fundamental nos processos de descolonização das mentes. As implementações do ensino da história, da ancestralidade, das culturas, das línguas nos processos educativos formais são fundamentais no resgate e no reconhecimento da essência desses povos.

Dentro da província da Huíla encontramos em torno de seis grupos étnicos, nomeadamente os *Nyaneka-Humbi*, *Ovimbundos*, *Hereros*, *Khoisans*, *Tchokwes* e *Nganguelas*. Apesar dos processos acima citados, esses povos conseguiram manter boa parte de sua cultura, conservando seus valores, hábitos, costumes e raízes culturais, fazendo-o majoritariamente através da oralidade. Cada um dos povos e cada uma das regiões da província da Huíla possui uma língua

representativa usada no cotidiano, a língua *Umbundu* falada pelo povo *Ovimbundu* é a língua nacional mais falada em Angola (cerca de 37% da população angolana) e no território huilano, seguindo temos as línguas *Nhaneka* e *Muhumbi* falada pela maioria dos povos oriundos da Huíla (cerca de 5,54% da população), o povo *Nhaneka Humbi*, o *Lingala* língua de migração falada pelos congoleses e seus descendentes, a língua *Nganguela*, a Língua Angolana de Sinais e por fim a língua portuguesa que é a língua oficial e majoritária.

Histórico das legislações das línguas nacionais nos processos educacionais angolanos

Em termos legislativos compreendemos no artigo 19º nº 2 da Constituição de Angola que “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”, porém como consta na Lei de Bases do Sistema da Educação 2001 n.º 1 artigo 9º “O Ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa”, onde é obrigatório o domínio de pelo menos uma língua estrangeira, preferencialmente, o inglês ou francês.

Desde a década de 1980, Angola mesmo de forma experimental procurou por meio de decretos, criar leis para a inserção das principais línguas nacionais nos processos de alfabetização, como é o caso do Decreto nº 40 de 18 de Novembro de 1985 que tinha como objetivos:

- a) Estudar todas as Línguas Nacionais, iniciando pelas que têm maior representatividade numérica;
- b) Estimular a preservação das Línguas Nacionais, a sua promoção e consequente valorização, no quadro da sua competência;
- c) Contribuir para o esclarecimento da opinião pública quanto a importância e utilidade da investigação no domínio que lhe é próprio;
- d) Dinamizar por meios apropriados, a divulgação dos conhecimentos científicos, adquiridos pela sua atividade de investigação, tanto no País, como fora dele, quando for de interesse da República Popular de Angola;
- e) Criar a infraestrutura necessária, em colaboração com outros organismos, dentro e fora do país, a fim de proceder, a longo prazo, as investigações que contribuirão para o conhecimento da realidade linguística na República Popular de Angola;
- f) Colaborar com os organismos afins cujas atividades interferem no domínio que lhe é específico;
- g) Cooperar, quando para tal autorizado, com os organismos estrangeiros e organizações internacionais, na permuta de informações e na realização de estudos e trabalhos científicos do seu interesse (ESTATUTO ORGÂNICO DO INSTITUTO DE LÍNGUAS NACIONAIS, 1985, p. 4).

Contudo, as legislações voltadas para a formação de professoras/es e futuramente a inclusão das línguas nacionais, no ensino formal angolano, não foram efetivadas. Segundo a Declaração de Harare (1997), as políticas linguísticas introduzidas desde as independências, de forma geral, favoreceram as línguas coloniais, e grande parte das recomendações, anteriormente feitas, para corrigir as legislações linguísticas nos países africanos não foram implementadas, poucos são os Estados africanos que possuem políticas linguísticas claras e compreensivas em suas constituições para serem colocadas em prática.

De acordo com Ndombele (2017), com a aprovação dos alfabetos e das normas de transcrição das línguas angolanas *kicongo, kimbundo, tchócue, umbundu e oxicuanhama*, começou um processo de planificação linguística, criando desse modo a possibilidade de políticas linguísticas regionais, mas somente no ano de 2006 foi implementado e generalizado, regionalmente o ensino de línguas angolanas em todos os subsistemas de ensino em Angola. No ano de 2013 os jornais nacionais *Voa Português* e *Jornal de Angola* afirmaram em suas matérias de 14 de Janeiro e 23 de Fevereiro¹ que a consolidação das línguas nacionais no currículo educacional, no entanto, como observado na prática, o ensino bilíngue em Angola, ainda não é uma realidade no sistema de ensino formal angolano, como veremos posteriormente.

Formação de professoras (es) para o ensino bilíngue e seus desafios na província da Huíla-Angola

Na província da Huíla, a formação de professores é designada a três instituições, nomeadamente, o Magistério Primário do Nambambe responsável pela formação de professoras (es) do primeiro ano até ao sexto ano do ensino primário e secundário, a Escola de Formação de Professores que forma docentes do sétimo ano ao nono ano do primeiro ciclo e a Instituição de Ensino Superior de Ciências da Educação que forma professoras (es) das diferentes áreas do ensino médio e superior.

Observando minuciosamente o currículo de cada uma dessas instituições, compreendemos que no processo de formação de professoras (es) é obrigatório a aquisição ou domínio do Inglês ou Francês, isso para que essas (es) profissionais tenham em sala de aula a capacidade mínima de trabalhar com esses idiomas.

Nesse sentido é nítido os rastros da colonialidade no ensino huilano, no qual profissionais da educação são capacitadas (os) para o ensino das línguas e da cultura Ocidental e por sua vez acaba negligenciando a capacitação das (os) mesmas (os) no que diz respeito ao ensino das culturas e línguas locais. Por um lado, compreende-se a preocupação do sistema de ensino angolano no que diz respeito a internacionalização de seus estudantes, prepará-las (os) para oportunidades de especialização e capacitação no exterior, por outro lado, essa conduta nos mostra, não só no ensino de línguas, uma supervalorização do Ocidente e de sua cultura o que culmina na depreciação do que é local.

E, infelizmente, ao nível da educação, essas línguas não são contempladas, não foram

¹ Matérias encontradas nos links: <https://www.voaportugues.com/a/angola-local-languages/1583587.html> e <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=266056>

contempladas desde os tempos coloniais até aos nossos dias. Embora existisse alguma altura um histórico, um livro, inclusive prefaciado pelo próprio Presidente Agostinho Neto, o primeiro Presidente da República. O Governo Angolano não tem dado muita atenção aos aspectos das Línguas Nacionais. No interior do país, o português é falado como uma alternativa e uma necessidade. Portanto, as pessoas acordam, dormem e fazem a sua realidade numa língua local (SASSUCO, 2015, p. 19).

De acordo com os relatos obtidos no núcleo de línguas nacionais da Delegação Provincial da Educação da Huíla dentro da realidade educacional huilana, principalmente se nos referirmos aos contextos que se encontram distantes da capital Lubango, é comum encontrarmos, dentro de salas de aula, quatro ou mais diferentes grupos étnicos, nos quais somente um ou no máximo dois alunos possuem algum contato com a língua portuguesa, o que condiciona os processos de ensino e aprendizagem. Essa condição, segundo o relato das (os) professoras (es) causa aos estudantes um senso de não pertencimento dentro dos espaços escolares, aqueles que não possuem uma cultura ocidentalizada acabam vendo a escola como um lugar ao qual nunca se adequariam por aquilo que são, pela sua essência, visto que, são obrigados a se formatarem a fim de se adequarem a monoculturalidade do ensino angolano.

O fato do ensino ser ministrado somente em língua portuguesa, condiciona o processo de ensino e aprendizagem das (os) estudantes que não possuem a língua portuguesa como língua materna, o que acaba limitando a participação destas (es) nas aulas. Segundo o relato de uma professora do ensino primário do município de Quipungo, ao se abordar questões relacionadas à identificação de números, cores, roupas, frutas, animais nas turmas de alfabetização é perceptível que as (os) alunas (os) conhecem os respectivos nomes em suas línguas maternas, contudo, o ensino exige que estes se expressem somente na língua portuguesa, nesses processos professoras (es) que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre educação inclusiva consideram essas (es) estudantes meros néscios.

A necessidade de um ensino Bilíngue, no sistema educacional huilano, é evidente, principalmente no ensino primário que é a base para o desenvolvimento educacional, mas para isso é necessário que o governo trabalhe para que seja incluído nos diferentes currículos educacionais angolanos aspectos da história, cultura e das diferentes línguas, que segundo a *Declaração de Harare* é a base para a construção de uma África democrática que ambiciona um desenvolvimento económico, cultural, a valorização da vida imparcial e igualitária da comunidade, e sobretudo o respeito pelos direitos linguísticos como direitos humanos.

[...] Em amplos termos, uma África que reconhece seu pluralismo etnolinguístico e o aceita como um modo de vida normal e como um rico recurso para o progresso e desenvolvimento; [...] Uma África democrática que promove pacificamente a coexistência em uma sociedade onde o pluralismo não implica a substituição de uma língua ou

identidade pela outra, em vez disso promove a complementariedade de funções, bem como a cooperação do senso comum; [...] Uma África onde a democratização num contexto pluralista procura produzir através de políticas linguísticas sólidas e explícitas capazes de operar eficazmente a níveis regionais e internacionais; [...] Uma África democrática que proporciona um ambiente para a promoção, cultivo e preservação de uma personalidade identitária africana orgulhosa e confiante; [...] Uma África onde o discurso científico e tecnológico é feito nas línguas nacionais como parte de nossa preparação cognitiva para enfrentar os desafios do próximo milênio (DECLARAÇÃO DE HARARE, 1997, p. 2-3).

Uma das formas de se amenizar a questão da diversidade linguística, no ensino formal, seria a criação de parcerias do Ministério da Educação com professores nativos das localidades escolares, porém, por conta de um ensino descontextualizado de outras questões, a taxa de evasão escolar nessas regiões é muito alta, o que faz com que poucas (os) estudantes terminem o primeiro ciclo, ensino médio e ensino superior.

De acordo com Patatas & Quintas (2019), existem elementos a serem inseridos e levados em consideração no ensino linguístico, dentre esses elementos as autoras trazem como essenciais a leitura, elemento que desenvolve na pessoa o conhecimento global das coisas, que leva a uma maior socialização, construção e desenvolvimento do pensamento, carregando em si aspectos de libertação que levam a pessoa a interpretar, refletir, formar-se, e conscientizar-se, a escrita, a comunicar, a interpretar elementos cruciais na compreensão do que se lê, no processo de decifrar os códigos linguísticos, o senso crítico e a criatividade.

[...] O senso crítico - tem a ver com o fato de se interpretar as mensagens lidas ou qualquer outro meio de comunicação e saber formar uma opinião sobre tal assunto. Só cria a sua opinião, depois de uma leitura, aquele que percebeu o que leu e, por conseguinte, domina a língua em uso. Este fator está ligado ao aprendizado, visto ser importante ter uma opinião própria, para se contribuir na edificação da sociedade. Usando o exemplo do telejornal, pode dizer-se que a informação que passada, deixa quase sempre pontos de discussão ou reflexão. Mais uma vez, reflete quem domina a língua. Isso é construir um senso crítico. [...] A criatividade – qualquer pessoa pode ser criativa. Todavia, aqueles que são escolarizados que continuam a desenvolver os aspectos da sua comunicação têm maior probabilidade de criarem ideias. A criatividade tem a ver com a imaginação, e o elemento fundamental para desenvolver a imaginação é a leitura (PATATAS; QUINTAS, 2019, p. 22-23).

As (os) poucas (os) profissionais da educação que falam as línguas locais e que por consequente acabam as implementando de forma informal nas aulas e nos processos de alfabetização, enfrentam muitos desafios, o principal deles corresponde a sobrecarga causada pela monodocência, o ensino de todas as matérias somada a falta de produção de materiais didáticos nessas línguas leva um grande número destas (es) professoras (es) a desistirem de usar essas línguas em sala de aula. Para a *Declaração de Harare* (1997), os países africanos devem “ [...] Adotar o projeto Pan-Africano para formação e produção de material educativo em línguas africanas um limiar crítico pelo qual a “[...] formação de pessoas a partir do qual o uso das línguas africanas

como mídia e/ou co-mídia de instrução se tornará uma prática normal em nossa educação”.

Bilinguismo e seu contributo na construção, desenvolvimento e preservação identitária educacional da população huilana

O ensino em Angola é majoritariamente descontextualizado, desse modo, como já abordamos anteriormente, o nível de evasão escolar tende a ser maior entre aquelas (es) que possuem as línguas locais / nacionais como língua materna e que não conhecem ou se conectam tanto à cultura e história ocidental predominante nos processos de ensino e aprendizagem.

No contexto cultural, os povos de Angola enfrentam heranças da política colonial, na medida em que ainda se referem aos seus próprios valores para julgar os outros, o que conduziu à negação das diferenças culturais, em nome da superioridade da sociedade colonial. Esta atitude levou ao esvaziamento da qualidade cultural do povo angolano e, não só: levou também ao tratamento degradante dos nomes antroponímicos das línguas de Angola. Por isso, constata-se, hoje em Angola, a rejeição total e deturpação de nomes de origem bantu propostos pelos pais, para colocar nomes estrangeiros que não representam nada do nosso mosaico cultural. Essa rejeição pode ser entendida como resultado de um longo processo de assimilação importada pela administração colonial (NDOMBELE, 2017, p. 82).

Para Patatas & Quintas (2019), a importância do conhecimento e do ensino das diferentes línguas de um território foram enfatizadas pela *Associação Mundial de Escritores* (2011), onde se proclamou os dez princípios centrais da declaração supra referida (*Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*) que se resumem na diversidade linguística enquanto direitos humanos fundamentais, um patrimônio da humanidade que deve ser prestigiado, respeitado, protegido, valorizado e usado pelos meios educacionais e de comunicação, o ensino escolar deve contribuir para o prestígio da língua falada pela comunidade linguística do território o que contribui para o conhecimento generalizado de diversas línguas e conseqüentemente a empatia, a abertura intelectual e ao conhecimento profundo da língua própria.

O ensino bilíngue é uma das formas de manter viva as línguas regionais huilanas, não pretendendo de forma alguma excluir a língua portuguesa dos processos educacionais, mas incluir de todas as línguas que fazem parte do contexto estudantil. De acordo com Ndombele (2017), a valorização das línguas angolanas é um potente fator da desalienação, de libertação ideológica e uma renovada confiança em nós próprios, que o colonialismo nos tinha retirado, elas, ao se constituírem como matérias de instrução, devem também constituir disciplinas autônomas e veículos de transmissão de conhecimentos e técnicas que abrem um leque de possibilidades aos estudantes.

- a. Possibilidade de manutenção das línguas angolanas de origem bantu;

- a. Contribuir para o desenvolvimento intelectual das crianças com dificuldades em Língua Portuguesa;
- b. Contribuir para definição de Políticas Linguísticas em Angola;
- c. Otimizar uma educação multicultural, integrando no currículo conteúdos sobre a cultura dos alunos e da sua comunidade;
- d. Ajudar os alunos a conservar os seus valores, usos e costumes étnicos que lhe são transmitidos desde a sua tenra idade na sua língua materna (NDOMBELE 2017 p. 86-87).

Dentro dos contextos sociais e educacionais angolanos são comuns atitudes de preconceitos linguísticos, o tradicional é visto como inferior e ultrapassado o que conseqüentemente acaba alimentando a “superioridade” da cultura dos países de primeiro mundo.

Assim, a língua portuguesa em Angola acaba por ter praticamente todos os estatutos funcionais. As pessoas ou as populações que estão nos centros urbanos têm como a língua materna português, língua de comunicação. Esse estigma que eu disse há pouco, os portugueses inculcaram nas mentes dos angolanos. Então acabaram por odiar completamente as suas verdadeiras línguas e tornaram-se inimigos contra as próprias culturas (SASSUCO, 2015, p. 19).

Em regiões como a capital de Angola, Luanda, por exemplo é comum estudantes principalmente do primeiro ciclo e ensino médio esconderem o máximo possível suas raízes, etnias, especialmente os seus nomes nas línguas tradicionais, a fim de evitarem o *bullying* ou serem inferiorizados pelo que são e pelas raízes que carregam.

O epistemicídio da língua não remete exclusivamente a invisibilidade da sua fala, mas também envolve asfixiar figurativamente a personalidade e a identidade de seres humanos que falam essa língua. Esta imposição linguística provoca uma ruptura, uma colisão entre a língua e o próprio falante. A morte de um povo, começa com o silenciamento da sua língua, extinta a língua, a cultura e a própria nação são erradicadas (SACALEMBE, s/a, p. 7).

[...] A estrutura política de cada país deve ser flexível o suficiente para permitir que cada comunidade use seu idioma lado a lado com outras línguas, interrogando-se com a sociedade em geral, dentro de uma política linguística empoderadora que atenda a comunidade em nível local, regional e internacional (DECLARAÇÃO DE HARARE, 1997, p. 3).

A negligência que esta temática tem sofrido, por parte das instituições responsáveis pela construção curricular e pela formação de professoras (es), tarda um ensino que além de abranger a diversidade cultural e linguística de Angola, um ensino que além de trabalhar o desenvolvimento pessoal dos estudantes, auxiliaria na valorização identitária e ancestral.

Considerações finais

Devemos enxergar a educação como um meio de transformar a realidade, como um instrumento no auxílio do desenvolvimento e melhoria de vida individual e coletiva de uma sociedade. Não é possível falarmos de educação de qualidade, em uma comunidade, sem que nos processos de ensino e aprendizagem se tenha como prioridade a inclusão sócio cultural e econômica

de todos os povos e camadas sociais que a integram. Desse modo, em termos linguísticos, compreende-se que no ensino huilano há a necessidade de um ensino bilíngue neutro, no qual todas as línguas faladas devidamente selecionadas, coexistam entre si, sem que uma se sobreponha às demais.

Cabe ao Ministério da Educação colocar em prática e respeitar as legislações existentes relacionadas à inclusão das diferentes línguas faladas em Angola; criar estratégias métodos práticos para inseri-las nos diferentes níveis de ensino e nos diferentes municípios da província da Huíla, trabalhar para a inclusão e melhoria da comunidade huilana, questionar-se para que e para quem servem os conhecimentos colocados nos currículos formais. A partir desses passos, preconceitos serão desconstruídos.

Desde a construção das modalidades de ensino em Angola o ensino das línguas nacionais sempre se fez presentes nas legislações, mas após muitas décadas ainda não se constituem uma realidade prática, não há alfabetização e ensino nas línguas nacionais/regionais nos processos educacionais formais da província da Huíla, permanecendo assim o ciclo vicioso que precisa terminar. Estamos diante de um sistema educativo mal projetado, que forma uma sociedade fracassada, que através de uma educação focada somente no currículo formal, onde não há abertura para outros conhecimentos, formas de ensino e culturas, onde os processos educacionais subjetivamente e por vezes objetivamente alimentam o individualismo, a superioridade do Ocidente europeu e discrimina seu povo.

Referências

- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 2011.
- ANGOLA. **Decreto nº 40 de 18 de novembro de 1985**. Luanda: Imprensa Nacional, 1985.
- ANGOLA. **Lei do sistema de bases da educação de Angola**. (Lei nº13/01) Luanda: Assembleia Nacional, Dezembro de 2001.
- ANGOLA. **Resolução nº3 de 23 de maio de 1987**. Luanda: Imprensa Nacional, 1987.
- FONSECA, Dagoberto José. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- ISCED, Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla. **Grade Curricular - Cursos ISCED**. Disponível em: <https://Isced-huila.ed.ao>.
- INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE OF MINISTERS ON LANGUAGE POLICY IN AFRICA, **Harare Declaration**, 20-21 March 1997.

NDOMBELE, Eduardo David. Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. **RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, 2017.

PATATAS, Teresa Almeida; QUINTAS, Joana. Em Angola o ensino bilingue pode contribuir para a educação e manutenção da paz nacional. **Rev. Transversos**, n. 15, 2019, p. 14-30.

SASSUCO, Daniel Perez. Línguas atuais faladas em Angola. **Textos e Debates NUER Núcleo de Estudos de Identidades e Relação Interétnicas**, n. 13, 2015.

Recebido em: 19 de dezembro de 2022.

Aprovado em: 10 de março de 2023.